

O ESTADO DEPENDENTE NA ARGENTINA E NO BRASIL (2003-2023)

Angelita Matos Souza¹

Resumo: Neste texto, o objetivo é apresentar uma análise parcial de pesquisa em andamento cujo objetivo é estudar as relações de dependência no século XXI, de maneira centrada na problemática do Estado dependente, tecendo comparações entre os governos Kirchner na Argentina (2003-2015) e os governos do PT no Brasil (2003-2016). Estes governos serão abordados como tentativas de reversão relativa das políticas neoliberais de governos anteriores e que acabaram sucedidas por projetos mais afins a tais políticas. O referencial teórico é a própria teoria da dependência e a teoria crítica do Estado. O artigo é fruto de pesquisa bibliográfica, orientada pelas seguintes perguntas da pesquisa: 1. Qual o papel do Estado na gestação e consolidação da fase atual da dependência nos dois países? 2. Como medidas de política econômica adotadas nas últimas três décadas do século passado modularam o futuro? 3. Como os dois governos procuraram enfrentar o legado neoliberal? Com relação às fontes, recorreremos essencialmente a fontes secundárias.

Palavras-chave: Dependência. Estado dependente. Governos Kirchner. Governos do PT.

El Estado dependiente en Argentina y Brasil (2003-2023)

Resumen: El objetivo de este texto es presentar un análisis parcial de la investigación en curso destinada a estudiar las relaciones de dependencia en el siglo XXI, centrada en el problema del Estado dependiente, y realizar comparaciones entre los gobiernos de los Kirchner en Argentina (2003-2015) y los gobiernos del PT en Brasil (2003-2016). Estos gobiernos se abordarán como intentos de revertir relativamente las políticas neoliberales de los gobiernos anteriores, que finalmente fueron sucedidos por proyectos más acordes con estas políticas. El marco teórico utilizado es la teoría de la dependencia y la teoría crítica del Estado. El artículo es el resultado de una investigación bibliográfica, guiada por las preguntas de la investigación en curso: ¿Qué papel jugó el Estado en la gestación y consolidación de la actual fase de dependencia en los dos países? 2) ¿Cómo las medidas de política económica adoptadas en las últimas tres décadas del siglo pasado moldearon el futuro? 3) ¿Cómo intentaron los dos gobiernos hacer frente al legado neoliberal? En cuanto a las fuentes, utilizamos principalmente fuentes secundarias.

Palabras clave: Dependencia. Estado dependiente. Gobiernos Kirchner. Gobiernos del PT.

I. INTRODUÇÃO

Apresentaremos resultados parciais de pesquisa em andamento sobre o Estado dependente na Argentina, durante os governos Kirchner (2003-2015), tecendo

¹ Professora associada (livre docente) no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (IGCE-UNESP), Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental (DGPA-IGCE-UNESP). Pesquisadora junto ao IPPRI-UNESP, atualmente desenvolve pesquisa sobre a Argentina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP): Auxílio regular, processo número 2023/12293-4. E-mail: matos.souza@unesp.br.

comparações com os governos do PT no Brasil (2003-2016). Após esta Introdução (I); a parte seguinte (II) encontra-se dividida em dois tópicos, no primeiro discorreremos sobre teoria da dependência e sobre autonomia relativa do Estado; no segundo tópico falamos rapidamente do fator China. Na parte III, apresentamos considerações gerais sobre os dois casos, com ênfase à Argentina, pois já escrevemos bastante sobre o Brasil. Nas considerações finais, indicaremos caminhos para respostas às perguntas apresentadas no resumo: 1. Qual o papel do Estado na gestação e consolidação da fase atual da dependência nos dois países? 2. Como medidas de política econômica adotadas nas últimas três décadas do século passado modularam o futuro? 3. Como os dois governos procuraram enfrentar o legado neoliberal?²

Um dos objetivos da investigação em curso, sobre a Argentina, é a compreensão das relações de dependência no século XXI, com destaque para a problemática do Estado dependente. Implica em afirmar que nos preocupa a elucidação da dependência na própria esfera político-estatal. É isso que praticamente inexiste na denominada teoria marxista da dependência (Souza, 2021), neste enfoque a dependência política aparece praticamente como reflexo da dependência econômica-tecnológica. A dependência financeira do Estado é pouco abordada. E hoje, mais do nunca, é impossível discutir Estado dependente sem abordar a dívida pública interna, como antes discutíamos sobretudo a dívida externa. Ou seja, como falar de Estado dependente, sem falar da dependência financeira do Estado? Além de outras formas de dependência na esfera estatal: no campo da defesa, cibernética; e inúmeras formas de ingerência externa na vida política do país dependente (como o atual *Lawfare*).

Nosso ponto de partida é o de que o efeito *político* principal do processo de desenvolvimento capitalista desigual em escala mundial é a configuração de um Estado dependente em países periféricos. Há anos procuramos desenvolver uma reflexão sobre a problemática do Estado dependente, defendendo que a dependência política tem vida própria, e não deve ser abordada como mera decorrência da dependência econômica. Algo similar ao que se passa com o esquema base e superestrutura, no qual a base seria o determinante, um esquema claramente insuficiente para se entender o capitalismo,

² Como se trata de um tema (Dependência e Estado) que abordamos há décadas, as repetições de ideias presentes em textos anteriores são inevitáveis. E não vamos nos alongar na definição do Estado dependente porque já o fizemos antes (especialmente em Souza, 2001; 2021)

mesmo o dependente.³ Muito resumidamente, o que propomos é que a teoria da dependência seja repensada a partir da superação do pressuposto de que o coração da teoria resida na esfera econômica, sendo a dependência político-financeira uma consequência.

Como entendemos, a reprodução da economia capitalista dependente *depende* do Estado. E o que particulariza o Estado dependente é o fato de interesses estrangeiros pesarem na elaboração das políticas estatais, notadamente na política econômica. Os governos à frente de Estados dependentes devem considerar a reação de agentes estrangeiros já na concepção das políticas estatais. Alguém poderia objetar que os Estados dos países dominantes também têm de considerar interesses externos na elaboração de suas políticas. Certamente, porém, em geral, o Estado nestes países atua primeiramente para defender os interesses dos seus capitalistas.

Por exemplo, o Estado na França ou na Alemanha deve considerar os interesses financeiros internacionalizados, sob a égide do capital financeiro dos EUA, uma vez que estão internacionalmente articulados, em que pese a competição no mercado mundial, mas o faz para defender os “seus banqueiros”. Difícilmente, os agentes estatais atuariam para promover a venda de um grande banco público para grupos norte-americanos, o mais provável é que atuem para impedir a aquisição de algum banco ou empresa relevante, no setor público e/ou privado, por grupos estrangeiros.

Neste texto, discorreremos mais sobre a dimensão teórica da pesquisa em curso, com apontamentos sobre Argentina e Brasil. O referencial teórico é a teoria da dependência e a teoria crítica do Estado capitalista (Nicos Poulantzas). Certamente, perspectivas que demandam atualizações, tendo em vista o surgimento de uma fase nova nas relações de dependência nas últimas quatro décadas, de maneira articulada às mudanças na ordem capitalista mundial. Aspecto central para se abordar a Era Kirchner na Argentina e os governos do PT no Brasil, como experiências de reação moderada ao receituário neoliberal, substituídas por governos ainda mais afinados a esse receituário.

Da perspectiva do método de abordagem desses governos, procuramos seguir o proposto por expoentes da teoria da dependência: a análise integrada entre fatores internos e fatores externos. Isto é, a análise voltada à elucidação do peso dos

³ Para a superação de tal ponto de partida, ajuda a leitura do livro *Capitalismo em debate*, de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020), pois consiste em uma proposta instigante de compreensão do capitalismo como totalidade social complexa, que pretende o abandono do esquema base-superestrutura.

constrangimentos derivados das hierarquias impostas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo em âmbito mundial e que, ao mesmo tempo, valoriza a vida política nacional. E julgamos fundamental centrar no papel do Estado dependente na organização das coalizões e convergências de interesses de capitalistas estrangeiros e nativos.

Efetivamente, privilegiamos a esfera política na reflexão sobre dependência⁴. Os fatores externos, ou constrangimentos externos impostos pela etapa superior do capitalismo, sem dúvida, condicionam a vida política e econômica nos países dependentes. Não obstante, as lutas políticas nas formações sociais nas quais o modo de produção capitalista se expande, em boa medida respondem pelas formas assumidas pelas relações de dependência (Cardoso; Faletto, 2004). Assim, se é certo que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala global impõe obstáculos aos processos de desenvolvimento nas formações sociais capitalistas dependentes, é preciso reconhecer que a vida política local assume viés próprio, inclusive porque os interesses estrangeiros se internalizam e são defendidos por sócios locais, além de, diretamente, por agentes externos.

Neste sentido, nos aproximamos da vertente *cardosiana* por entendermos que esta avançou mais na reflexão sobre a possibilidade de existirem diversas relações de dominação e subordinação *políticas* no mundo periférico. E a corrente dedicou mais atenção à compreensão sobre como essas relações impactam os processos políticos e econômicos *internos*, após o surgimento de Estados nacionais. Portanto, a vertente ajuda-nos mais na reflexão sobre o Estado dependente (Souza & Braga, 2023).

Em livro recente sobre o Brasil (Souza, 2021), analisamos as relações de dependência no século XXI, voltando ao século XX para salientar dois momentos: o da gestação de uma fase nova nessas relações, em meio ao endividamento externo da segunda metade dos anos 1970, e o da sua consolidação nos anos 1990. O objetivo foi compreender o papel do Estado dependente brasileiro no processo de gestação e no da consolidação dessa nova fase, para na sequência analisar os governos do PT, os governos Lula em especial, como governos moderadamente reformistas, estando o caráter moderado relacionado às limitações impostas pelas novas relações de dependência configuradas desde o final dos anos 1970.

⁴ Na linha das análises de Cardoso (1970); Cardoso e Faletto (2004; 1985); Evans (1980); Dos Santos (2000); O'Donnell (1978). Em Marini (2005), o imperialismo/constrangimentos estruturais externos são o definitivo na teorização da dependência. Dos Santos (1970) está muito mais próximo dessa posição do que a de Cardoso e Faletto (2004), porém, em obra mais recente confere maior importância à vida política interna (Dos Santos, 2000).

No caso argentino, a trajetória é similar: o momento da gestação de uma fase nova nas relações de dependência ocorreu em meio ao endividamento externo da segunda metade dos anos 1970 e o momento da consolidação nos anos 1990, com as contrarreformas neoliberais. Todavia, há diferenças nas similaridades, por enquanto, indicaremos apenas que a adoção de medidas afins ao neoliberalismo na Argentina iniciou-se durante a ditadura militar (1976-1983), antes portanto da crise da dívida externa, que definitivamente impõe tais reformas ao Brasil e as acentua na Argentina.

De maneira geral, partimos do pressuposto de que, nas últimas quatro décadas, ficou mais difícil para os dois países, e para os países latino-americanos em geral, combinarem dependência com desenvolvimento. Por várias razões, principalmente por causa da concorrência mais acirrada por investimentos diretos estrangeiros e devido à preferência pelo rentismo em suas formas variadas, da parte dos investidores. Uma nova divisão internacional do trabalho se impôs, com alguns países do Sul global tornados espaços preferenciais de ganhos via rentismo; e outros inseridos como espaços de produção manufatureira graças à oferta de mão de obra abundante e barata.

Conforme Fiori (1995), escrevendo ainda no século passado, teria se acentuado a competição por investimentos diretos estrangeiros entre os países do mundo periférico, por haver muito mais territórios do que decisões globais de investimentos. À época, fazendo uso da expressão “novíssima dependência”, o autor salientou o aumento da monopolização do processo de inovação científico-tecnológico pelos países centrais e a diminuição do acesso dos países latino-americanos ao conhecimento e tecnologias de ponta. Além de ter se estreitado a autonomia estatal para implementar políticas de desenvolvimento nacional, bem como a capacidade do Estado para manter em mãos nacionais o patrimônio público (empresas e território).

Em nossos estudos sobre dependência, como indicado, o acento recai sobre o Estado, de encontro à prioridade ao econômico conferida pela Teoria Marxista da Dependência (Souza, 2023b). Não obstante, o ponto de partida é o dos expoentes do enfoque *dependentista* em qualquer vertente: o processo de desenvolvimento do capitalismo em escala global, desigual e combinado, limita os processos de desenvolvimento nos países dependentes. E vale insistir que não concebemos a dependência na esfera político-estatal como mera consequência da dependência econômica. Pelo contrário, vemos como o elemento central, explicativo dos obstáculos impostos pelas relações de dependência aos processos de desenvolvimento nos países periféricos (ou do Sul global, para usar a linguagem atual).

Em resumo, procuramos em nossos escritos avançar no campo da atualização da teoria da dependência centrados na problemática do Estado dependente, porém, de uma perspectiva *societal* (valorizando as relações entre classes, frações e grupos sociais com o Estado), e não estadocêntrica (focada nos órgãos/instituições estatais).

II. DEPENDÊNCIA, AUTONOMIA ESTATAL, CHINA

II. 1 Teoria da dependência e autonomia relativa do Estado

A teoria da dependência não tem o seu *status de teoria* endossado por alguns autores, que preferem falar em *escola* da dependência (Fiori, 1995). Nós defendemos o *status de teoria* (Souza, 2021) à luz do argumento de que, em que pese a carência de um corpo teórico bem desenvolvido, o estudo das duas correntes basais da perspectiva propicia a identificação de um núcleo comum que autoriza falar em teoria. As duas correntes principais da teoria são a denominada Teoria Marxista da Dependência (TMD) e o enfoque em torno da obra de Cardoso e Faletto (2004), que chamamos *cardosiano*⁵. Ambas são marxistas, ou simpáticas ao marxismo, adotando como ponto de partida a tese de que o desenvolvimento desigual, hierárquico e combinado do capitalismo em escala global impõe limites ao desenvolvimento nos países dependentes.

A diferença é que as relações econômicas hierárquicas em nível global têm peso maior na TMD; ao passo que a corrente *cardosiana* valoriza mais as relações de classes nos países dependentes. De todo modo, há consenso entre os expoentes das duas correntes com respeito à tese de que as vias de inserção na ordem capitalista mundial dependem das formas de articulação entre fatores internos e fatores externos no interior da formação social dependente. Ou seja, as duas correntes defendem a análise integrada. Há igualmente preocupação com a periodização das fases do imperialismo, que modificam as relações de dependência.

Outro aspecto comum, do nosso ponto de vista, seria certo descuido, nas duas correntes principais da teoria, com relação à problemática do Estado dependente. O que viemos abordando em nossos estudos (Souza, 2001; 2021; 2023a; Souza & Braga, 2023) como a principal limitação da teoria. Isto porque a explicação dos obstáculos ao desenvolvimento nas formações sociais dependentes *depende* do entendimento das

⁵ Usamos *cardosiano*, em vez de *estruturalista*, porque a corrente está ancorada na obra de Cardoso e Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, e despertou críticas posteriores que têm a ver com os governos FHC. Além disso julgamos pertinente distingui-la do enfoque cepalino/estruturalista, pois em que pese as afinidades, em especial quanto à periodização, há diferenças que devem ser sublinhadas (Souza, 2021).

formas de convergências e coalizões e/ou conflitos de interesses entre capitalistas nativos e estrangeiros. Portanto, importa compreender a atuação do Estado nesse processo, pois é neste papel do Estado (organizador) que se encontra a chave para acessar as razões principais de sucessos/insucessos nos processos de industrialização em países de desenvolvimento capitalista tardio.

Neste ponto, chegamos à teoria crítica do Estado, a outra dimensão da fundamentação teórica. Há tempos procuramos desenvolver uma reflexão sobre o Estado dependente, defendendo que a sua singularidade advém, principalmente, do fato de interesses de capitalistas dos países centrais fazerem parte do bloco no poder, podendo ser os interesses hegemônicos. Por bloco no poder entendemos a situação dominante comum de proprietários dos meios de produção e da riqueza, o que favorece a união e a solidariedade entre eles, contra os interesses das classes dominadas, mas isso não elimina os conflitos de interesses, sobretudo em torno dos rumos da política econômica estatal. Logo, por bloco no poder devemos entender uma *unidade* perpassada por divergências e disputas entre frações das classes dominantes em suas relações com o Estado. (Poulantzas, 2019; Saes, 1998, 2014)

E para se refletir sobre dependência política, operamos com o fracionamento entre burguesia nacional, burguesia associada (compradora) e burguesia interna. A burguesia nacional é identificável pelas posições políticas nacionalistas e/ou anti-imperialistas, algo diferente da burguesia interna. Esta não costuma ser nem propriamente nacionalista nem anti-imperialista, tampouco completamente associada. A sua base de acumulação depende muito ou inteiramente do mercado interno e a sua relação com capitais externos pode ser conflitiva, uma vez que mantém parcerias e interesses comuns com grupos capitalistas estrangeiros e ao mesmo tempo luta por políticas estatais que a protejam na competição com o agente externo, no mercado doméstico e/ou internacional. Por fim, a burguesia associada é praticamente porta-voz dos interesses imperialistas na economia dependente. (Poulantzas, 1976; 1978; Saes, 2014)

A autonomia relativa do Estado (ARE) no capitalismo é produto da separação formal entre a estrutura econômica e a estrutura jurídico-política, nas conjunturas concretas é engendrada pela luta política no (a) interior do bloco no poder, (b) entre este e as classes dominadas ou (c) pela luta de classes (Souza, 2021; 2024). Isto é, diferentes capitalistas buscam influenciar os rumos das políticas estatais, especialmente da política econômica. Este processo é, em geral, conflitivo e delinea a margem de autonomia relativa do Estado diante do bloco no poder. Neste processo, pesa também a capacidade

de organização e pressão política das classes dominadas pelo atendimento dos seus interesses, que pode evoluir para conjunturas altamente conflitivas (luta de classes), capazes de unificarem o bloco no poder em uma espécie de partido da ordem.

Normalmente, a ARE nunca ultrapassa os limites da função estatal de garantia da conservação do capitalismo, que corresponde ao interesse político comum de todas as classes e frações que compõem o bloco no poder. Isto implica em contemplar demandas dos trabalhadores, à medida que o atendimento de demandas populares pelo Estado for importante para a coesão social, mesmo que de encontro a interesses de frações de classe dominantes. Por sua vez, o atendimento de reivindicações pontuais das classes trabalhadoras costuma responder à sua capacidade de organização e pressão. Contudo, o Estado também pode, em determinadas conjunturas, se adiantar a reivindicações populares e promover avanços sociais, como ocorreu em governos populistas latino-americanos no século passado.

Da perspectiva de Poulantzas (2019), ao mesmo tempo em que atua para manter a coesão social (sua função política geral), o Estado capitalista prioriza determinados interesses econômicos dominantes: os da fração hegemônica. Como explica Saes (1998), na visão do autor, o Estado tanto privilegiaria interesses de uma fração como sacrificaria interesses do conjunto do bloco no poder, incluída a fração hegemônica, para atender demandas das classes dominadas, a fim de realizar o interesse político geral do bloco no poder na manutenção e reprodução do capitalismo. Conforme Saes (1998), uma acepção pouco flexível, na qual o *bonapartismo* apareceria como algo invariável (apenas intensificado em determinadas conjunturas).

Para Saes (1998), com quem concordamos, seria analiticamente mais produtivo atribuir ao Estado capacidade de atuação conciliadora com relação aos interesses econômicos das diferentes classes sociais, dominantes e dominadas. Ou, como argumenta Cardoso (1975; 1977), os agentes do Estado procuram mediar, conciliar, harmonizar, os interesses divergentes das frações, classes e grupos sociais. De toda maneira, no sentido prevalente na política econômica pesam os interesses da fração hegemônica, na etapa atual do capitalismo, mais do que nunca, estes tendem a ser os ligados às *finanças* (Souza, 2021).

A ideia de autonomia *relativa* do Estado diante do bloco no poder, autonomia forjada em meio às disputas políticas, é produtiva para se frear visões simplórias do Estado, como as que o veem como mero *comitê executivo* dos negócios da burguesia financeira. Em se tratando dos Estados dependentes não é diferente, pelo menos nos

países dependentes nos quais se alcançou mais desenvolvimento capitalista na segunda metade do século XX. Contudo, a reflexão sobre a autonomia relativa do Estado tem de partir da situação de dependência da formação social na ordem capitalista mundial, pois à configuração da hegemonia no interior do bloco no poder importam as conexões com interesses de capitais estrangeiros.

Em muitos casos, são sempre esses os interesses hegemônicos, mas não podemos partir desse pressuposto, pois não abarcaria todos os países dependentes, sobretudo não incluiria o Brasil, que conta com uma burguesia interna relevante, bem como a Argentina, sem falar no caso da Venezuela e ou da Bolívia, Estados *rebeldes*.⁶

Quer dizer, o estudo da dependência deve passar centralmente pela análise do papel do Estado na reprodução das relações de dependência. Pois estamos diante de um Estado que se apresenta como uma entidade soberana e atua concretamente no reforço da situação de dependência, principalmente ao buscar atrair capitais de fora, na melhor das hipóteses visando gerar empregos, renda, crescimento, desenvolvimento. Mesmo assim, a conquista de posições menos subordinadas na economia mundial são plausíveis, a depender das formas de articulação entre fatores externos e fatores internos segundo as fases do imperialismo (e da dependência), que podem abrir espaço para o desenvolvimentismo associado ou produzir regressão da estrutura produtiva; ou alternativas de desconexão (Amin, 1998).

O fato é que não nos parece pertinente partir da tese de que o movimento está predeterminado pelos constrangimentos externos, pois embora estes existam e sejam sobressalientes, os arranjos políticos no interior da formação social dependente não são meramente impostos desde fora. A margem de manobra é maior ou menor a depender das conjunturas, nacional e internacional, segundo as fases do imperialismo e da dependência. Igualmente, é mais produtivo atribuir ao Estado capacidade de atuação conciliadora/mediadora dos interesses diversos das frações, classes e grupos sociais. E, em vez de preconceber a realização de demandas econômicas dos trabalhadores como

⁶ Pode ser que o governo atual, de Javier Milei, tenha êxito na realização totalizante dos interesses de capitais imperialistas pelo Estado argentino, porém ainda não sabemos. Assim como, a situação na Bolívia e na Venezuela é complicada. Mas o que desejamos salientar é que definir o Estado dependente como aquele no qual os interesses imperialistas são os hegemônicos no bloco no poder não abarcaria as várias situações de dependência existentes e possíveis.

concessões de natureza *bonapartista*, convenientes à manutenção da ordem social, apreendê-las, muitas vezes, como *não necessárias*, e sim conquistas que contam com o apoio de governos à frente do Estado.

No entanto, como escreveu Saes (2003, p. 20) sobre experiências de governos progressistas, ainda que tenham, efetivamente, implementado políticas reformistas, redistributivas, não devemos desconsiderar que “o poder político continuou nas mãos dos grandes bancos, das sociedades financeiras e das grandes empresas industriais.” Na visão do autor, governos de esquerda são obrigados a se adaptarem “ao poder político da classe capitalista, gerindo a economia dentro de limites fixados pelos interesses econômicos e políticos dessa classe social” (SAES, 2003, p. 20).

O Fator China

A intenção neste tópico não é discutir se a experiência chinesa *enterra* ou não a teoria da dependência, pensamos que não, mas já falamos do assunto em outras oportunidades.⁷ Incluímos o fator China porque não é possível abordar a autonomia do Estado, nos governos do PT e governos Kirchner, sem tê-lo em consideração. No que diz respeito às relações de países da América do Sul com a China, a inserção do país asiático na economia mundial como grande produtor de manufaturados favoreceu as exportações de produtos primários. A China acabou por se tornar o principal parceiro comercial de vários países na região, também cresceram os investimentos diretos chineses e os empréstimos de instituições financeiras chinesas a Estados sul-americanos.

Tendo em vista esse contexto novo, é importante indagar se as relações com a China favoreceram a autonomia relativa estatal durante os governos do PT e a Era Kirchner, no sentido da flexibilização da ortodoxia neoliberal.

III. ARGENTINA E BRASIL. BREVES COMPARAÇÕES

Quando estudamos a história da Argentina, com foco no processo de industrialização, surge inevitavelmente a pergunta: por que a economia argentina não despontou como uma grande economia industrial? Pois estava entre as maiores economias do mundo no início do século XX, sendo a atividade industrial relevante em termos regionais antes de

⁷ Retomamos a ideia de desconexão de Samir Amin (1988; 2017), para pensar as relações Brasil-China, em Souza (2018; 2022); Souza e Braga (2023). Alguns autores o fizeram para pensar a Argentina (Liaudat & Sbattella, 2019).

1930, setor incrementado dos anos 1940 até a década de 1970. O objetivo em nossa pesquisa não é responder a essa questão, pois não iremos discorrer sobre o processo de industrialização na Argentina, e sim sobre as relações de dependência no século XXI, enfocando os casos do Brasil e da Argentina.

O marco inicial dessa história (da nova fase da dependência), como indicado, são os processos de endividamento externos da década de 1970, que abriram caminho para as chamadas “reformas pró-mercado” dos anos 1980/1990, estas consolidaram a fase da “novíssima dependência” nos dois países. A expressão “novíssima dependência” foi usada por Fiori (1995) e por Saes (2007) para indicar mudanças nas relações de dependência entre os países centrais e os países periféricos, mudanças apontadas por vários autores, sem usarem a mesma expressão (Amin, 2002; Harvey, 2004; Katz, 2020; Paulani, 2022).

Nosso propósito, como dissemos, é apresentar resultados parciais de pesquisa em curso, na qual o objetivo central é tentar apreender essa fase nova da dependência, correlata ao regime de acumulação neoliberal, procurando elucidar o papel do Estado no processo da sua conformação, consolidação, reprodução e na tentativa de reação durante os governos do PT e governos Kirchner. O referencial teórico principal é a própria teoria da dependência, e como nosso interesse é a problemática do Estado dependente, além de aos expoentes da teoria da dependência, buscamos embasamento na teoria crítica de Estado (perspectiva *poulantziana*) para refletir sobre dependência na esfera política.

O ponto de partida da teoria da dependência é a tese do desenvolvimento capitalista desigual e combinado em escala global como um movimento que impõe obstáculos aos processos de desenvolvimento nos países dependentes. Por sua vez, a periodização é um elemento fundamental, uma vez que os expoentes da teoria entendem que as relações de dependência se alteram conforme as fases do capitalismo monopolista. Dessa ótica, nas duas últimas décadas do século XX, uma fase nova entrou em cena, distinta daquela do período do pós-guerra, chamada de “nova dependência”, que foi de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, período durante o qual foi possível combinar dependência com desenvolvimento industrial em alguns países periféricos. Na fase atual, da “novíssima dependência”, sobretudo neste século, essa combinação ficou mais difícil, ao menos na América Latina, e mesmo para o Brasil, onde ocorreu a maior revolução industrial do mundo periférico no século passado (Bresser-Pereira, 2015). Como entendemos, essa seria a característica central das situações de

dependência dos países latino-americanos na etapa neoliberal do capitalismo: por uma série de razões, ficou bem mais complicado promover desenvolvimento (industrial).

Entre as causas dessa dificuldade está a inserção na economia mundial de novos espaços econômicos produtores de manufaturados, mormente países asiáticos, acontecimento responsável por intensificar a competição por investimentos diretos estrangeiros no mundo periférico. De maneira geral, para os países latino-americanos, a competição mais acirrada tem implicado na preferência pela posse da riqueza existente da parte dos investidores (privatizações, fusões e aquisições, inversões meramente especulativas). Assim, se por toda parte capitalismo neoliberal tem significado “processo que submete a *criação de valor à extração de valor*” (Belluzzo & Galípolo, 2019, p. 97), na América Latina, essa realidade conhecida tornou-se mais pronunciada. Os investimentos portadores de riqueza nova perderam ainda mais espaço para o rentismo, por nós apreendido como inversões que visam renda futura por meio, principalmente, do apossamento do que já existe, em prejuízo da geração de empregos, dos avanços industriais, em infraestrutura, em inovação científica-tecnológica (Belluzzo, 2013; Belluzzo e Galípolo, 2019).

Importa salientar que o rentismo articula, em suas muitas manifestações nos espaços econômicos periféricos, interesses dominantes estrangeiros e locais, com a garantia dos Estados dependentes. O debate teórico sobre o Estado capitalista em geral⁸ e sobre o Estado dependente em particular é o mobilizado por nós para a compreensão do caso argentino, como realizado em nossos estudos sobre o Brasil (Souza, 2001; 2021). Neste terreno, rechaçamos qualquer acepção do Estado nas formações sociais dependentes como o mero *comitê executivo* dos interesses estrangeiros e de seus sócios locais. Se assim fosse, a luta política *nacional* teria pouca importância e desnecessária seria a pesquisa sobre as diferenças, por exemplo, entre os governos Menem/Macri e a Era Kirchner, ou entre os governos FHC, governos Lula e governo Bolsonaro. Entretanto, as diferenças existem, importam e os rumos das políticas de Estado estão sempre em disputa, com destaque para a política econômica.

No que diz respeito às situações de dependência, procuraremos apreendê-las acima de tudo como um *movimento* contraditório. Nos casos brasileiro e argentino, a própria fase da novíssima dependência pode ser encarada como uma decorrência *lógica* do desenvolvimentismo da segunda metade do século passado, na fase da nova

⁸ Orientados pela obra de Nicos Poulantzas, notadamente *Poder político e classes sociais* (utilizamos a edição em português de 2019), e pelas releituras dessa obra por Décio Saes (1985; 1998; 2014; 2022).

dependência. Processo que trouxe desenvolvimento industrial (mais no Brasil do que na Argentina) e nos dois casos elevou os níveis da dependência financeira e tecnológica, além de ter transferido boa parte das decisões sobre investimentos e inovação para o capital estrangeiro. Um poder enorme em mãos dos representantes desse capital, que sempre podem optar pela produção em outros lugares, pela substituição de produção local por importações, pela substituição da produção pelo mero rentismo.

O agravante do endividamento externo nos anos 1970 e a crise da dívida nos anos 1980 abriram caminho para as contrarreformas neoliberais dos anos 1990 no Brasil; e para a sua radicalização na Argentina. Agora, se foi a liquidez no mercado financeiro internacional que fomentou a demanda por empréstimos da parte de países periféricos na segunda metade dos anos 1970, no caso da Argentina e do Brasil foi a vida política doméstica que determinou, em larga medida, o endividamento externo daqueles anos. E deve ter sido assim nos países periféricos em geral, que se endividaram no contexto da oferta de petrodólares.

Neste século, após um período curto de bonança, relacionado ao boom das commodities, que permitiu a adoção de políticas expansionistas pelos Estados brasileiro e argentino, a eclosão da crise financeira em 2008 reforçaria a austeridade como método *recomendado* por agências financeiras internacionais para a gestão das contas públicas pelo Estado. Do contrário, os governos rebeldes à frente de Estados dependentes enfrentam, além dos expedientes *tradicionais* (fuga de capitais, ataques especulativos, rebaixamento da nota pelas agências de risco, campanhas midiáticas contra governos apresentados como populistas e irresponsáveis), um expediente novo: o *Lawfare*.

Por certo, não é possível compreender as relações de dependência atuais sem voltar às políticas econômicas adotadas no século passado, especialmente na década de 1990, medidas que limitariam as possibilidades de política econômica nos anos subsequentes. No caso argentino, diferentemente do Brasil, durante a última ditadura (1976-1983) já se aderiu ao receituário neoliberal, de todo modo, nos dois países o processo de endividamento externo dos anos 1970 abriu caminho às contrarreformas neoliberais dos anos 1980/1990.

Na Argentina, o denominado Plano Cavallo, uma referência ao ministro da economia no governo Menen (1989-1999), consistiu na adoção de uma política ortodoxa de combate à inflação baseada na paridade com o dólar (adotada depois no Brasil, em situação de quase paridade), política a princípio exitosa no controle dos preços, contudo, com efeitos negativos para a economia, sobretudo para o setor industrial. Desde então,

a preferência dos argentinos pelo dólar acentua a vulnerabilidade externa do país. Não obstante, em meio à conjuntura externa favorável, a economia cresceu durante os governos Kirchner.

Como no Brasil, no país vizinho houve debate sobre o peso dos fatores dinamizadores do crescimento econômico verificado na Era K: se as políticas internas adotadas ou a *fortuna* das commodities. Seguramente, a alta nos preços internacionais dos produtos primários foi um fator decisivo, mas a gestão da política socioeconômica pelo Estado argentino teve papel igualmente relevante. E podemos afirmar o mesmo sobre o Brasil. Não obstante, como os governos de Dilma Rousseff, os governos de Cristina Kirchner enfrentaram dificuldades relativas aos efeitos da crise financeira mundial que eclodiu em 2008, e o conjunto de medidas anticíclicas adotado foi bastante criticado. Nos dois casos, acusado de provocar déficit fiscal e inflação. Na Argentina, as medidas restritivas à compra de divisa estrangeira provocaram o descontentamento de segmentos das camadas médias, afeitas a poupar em dólares. Conflitos com o *campo* acirraram os descontentamentos com o governo e o acúmulo das dificuldades favoreceu a oposição, que soube aproveitar o contexto para eleger Mauricio Macri, um governo de regressão neoliberal, que levou a Argentina de volta ao FMI.

Em seu balanço sobre a Era Kirchner ou Era K, na visão de Kulfas (2016), não ocorreram mudanças substanciais, uma vez que a estrutura produtiva do país teria permanecido a mesma, na visão do autor teria faltado um projeto de desenvolvimento industrial voltado aos investimentos em setores econômicos novos ou mesmo no sentido da reindustrialização como objetivo principal. Na sua avaliação, houve distribuição de renda mediante políticas sociais, o que contribuiu para dinamizar o mercado interno e gerar empregos, mas não se logrou um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo mundialmente hegemônico. Como indicado, não faltam semelhanças com o caso do Brasil durante os governos liderados pelo PT (Souza, 2021).

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, procuraremos indicar caminhos para as respostas apresentadas no resumo: 1. Qual o papel do Estado na gestão e consolidação da fase atual da dependência nos dois países? 2. Como medidas de política econômica adotadas nas últimas três décadas do século passado modularam o futuro? 3. Como os governos do PT (2003-2016) e os governos Kirchner (2003-2015) procuraram enfrentar o legado neoliberal?

Primeiramente, indicamos que o processo de gestação da fase da novíssima dependência nos dois países ocorreu via endividamento externo, especialmente na segunda metade dos anos 1970, em um contexto de liquidez no mercado financeiro internacional. E na sequência, houve a adoção de medidas que permitiram a estatização da dívida externa do setor privado. Isto transformou a crise da dívida externa dos anos 1980 em crise financeira estatal, mais adiante, em meio ao processo de renegociação da dívida (Plano Brady), foram impostas as contrarreformas neoliberais ao Brasil e sua intensificação na Argentina.

Por sua vez, a política de paridade cambial (mais drástica e duradoura no caso argentino) promoveu desindustrialização nos dois países (muito mais na Argentina do que no Brasil). Os governos do PT (2003-2016) e os governos Kirchner (2003-2015), procuraram enfrentar esse legado neoliberal via favorecimento da burguesia interna do setor produtivo, e enquanto o contexto externo foi favorável, devido ao boom das commodities, foi possível certa *conciliação* de interesses divergentes no interior do bloco no poder, sem contrariar interesses financeiros hegemônicos. Contudo, a mudança no cenário internacional a partir da crise financeira que eclodiu em 2008, em especial a partir de 2010, produziu efeitos negativos que os governos de Dilma Rousseff e de Cristina Kirchner tentaram enfrentar com políticas anticíclicas pró-indústria. Estas desagradaram o *mercado*, cuja reação orquestrada impediu Kirchner de eleger seu sucessor na Argentina, e no Brasil houve o impeachment da presidente Rousseff, mesmo tendo o seu governo atendido à pressão do tal mercado no início do segundo mandato. Entender o que se passou é o objetivo da pesquisa em andamento, acima apresentamos o que foi possível neste momento.

No caso argentino, inclusive fatores político-ideológicos (“superestruturais”) o distanciam do caso brasileiro, na medida em que chama a atenção na história político-econômica argentina a força do liberalismo e do neoliberalismo, este antes da crise da dívida externa nos anos 1980. A crise da dívida pavimentou o caminho para a adoção das contrarreformas neoliberais nos anos 1990 no Brasil; na Argentina, esse caminho (*chileno*) foi adotado já durante a última ditadura, e intensificado nos anos 1990. De maneira geral, no país vizinho o pêndulo entre liberalismo/neoliberalismo *versus* intervencionismo desenvolvimentista sempre oscilou com mais força; no Brasil as políticas de estímulo ao desenvolvimento industrial contaram com mais estabilidade e constância (Perissinotto, 2022), ao menos na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970.

Neste terreno, cogitamos a hipótese de a capacidade de organização e pressão popular dificultar o exercício duradouro da hegemonia no interior do bloco no poder na Argentina, fazendo o pêndulo entre intervencionismo estatal e (neo)liberalismo oscilar com mais força, se comparado ao Brasil, no período enfocado na pesquisa em curso (2003-2023) e na fase da nova dependência. Não obstante, essa hipótese também ajudaria a entender a construção de um país menos desigual na Argentina.

Referências bibliográficas

- Amin, S. (2017). Entrevista. In KUFAKURINANI, Ushehwedu *et al* (editors). *Dialogues on Development. On Dependency*. Institute for New Economic Thinking, v. I.
- Amin, S. (2002). *Au-delà du capitalisme sénile: pour un XXIe siècle non-américain*. Presses Universitaires de France-PUF.
- Amin, S. (1998). *La desconexión*. Hacia un sistema mundial policêntrico. Madrid. Iepala Editorial.
- Bastos, P. P. Z. (2022). Two hundred years of the Brazilian economy (according to Liberals, Nationalists, and Marxists): dependency as a project? *Araucaria*, 24(51).
- Bastos, P. P. Z.; & Hiratuka, C. (2021). The Limits of Dependency: The Foreign Policy of Rousseff's Administration. In: *Neoliberalism or Developmentalism*. Brill, p. 241-267.
- Basualdo, E. (2020). *Endeudar y fugar: Un análisis de la historia económica argentina, desde Martínez de Hoz hasta Macri*. Buenos Aires. Siglo XXI Editores.
- Belluzzo, L. G. (2013). *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo. Unesp.
- Belluzzo, L. G.; & Galípolo, G. (2019). *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo. Contracorrente.
- Bonnet, A. (2014). *La Insurrección como restauración: El Kirchnerismo*. Buenos Aires. Prometeo Libros.
- Bresser-Pereira, L. C. (2015). *A construção política do Brasil; sociedade, economia e Estado desde a independência*. São Paulo. Editora 34.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*. A ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo. Politéia.
- Cardoso, F. H; & Faletto, E. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (1985). Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 13-31.
- Cardoso, F. H. (1970). Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. 2º Seminário latinoamericano para el desarrollo. Santiago: Chile. FLACSO, 26-45.
- Dos Santos, T. (2011). A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 30, p. 5-8, outubro de 2011 [The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, 1970].
- Dos Santos, T. (2020). *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Insular Livros.
- Dörre, K. (2022). *Teorema da Expropriação Capitalista*. São Paulo. Boitempo.
- Dussel, E. D. (1988). *Hacia un Marx desconocido: un comentario de los Manuscritos del 61-63*. Siglo XXI.

- Evans, P. (1980). *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Fiori, J. L. (1995). A globalização e a novíssima dependência. In *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro. Insight.
- Fraser, N.; & Jaeggi, R. (2020). *Capitalismo em debate. Uma conversa na Teoria Crítica*. São Paulo. Boitempo.
- Furtado, C. (1982). *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Harvey, D. (2012). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo. Edições Loyola.
- Harvey, D. (2011). *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo. Boitempo.
- Harvey, D. (2005). *Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development*. Vol. 8. Franz Steiner Verlag.
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo. Editora Loyola.
- Harvey, D. (2002). *Spaces of capital: Towards a critical geography*. Routledge.
- Jabbour, E.; & Gabriele, A. (2021). *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo. Boitempo.
- Katz, C. (2020). *A teoria da dependência; 50 anos depois*. São Paulo. Expressão Popular.
- Kufakurinani, U.; Kvangraven, I. H.; Santana, F.; & Styve, M. D. (2017). *Dialogues on Development*. Volume 1: On Dependency.
- Kulfas, M. (2016). *Los tres kirchnerismos: una historia de la economía argentina*. Buenos Aires. Siglo XXI.
- Liaudat, S.; & Sbattella, J. A. (2019). *La teoría de la desconexión de Samir Amin. Una opción para Argentina frente a la crisis global*. Colihue.
- Marini, R. M. (2005). *Dialética da dependência (+ Post-Scriptum)*. São Paulo. Expressão Popular.
- Martins, C. G. D. S. (2019a). *O Neoliberalismo na Argentina (1976-2007)* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Martins, C. E. (2019b). *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*. Brill.
- O'Donnell, G. (1978). Notas para el estudio de la burguesía local, com especial referencia a sus vinculaciones con el capital transnacional y el aparato estatal. *Estudios Sociales*, n. 12, Buenos Aires.
- Oliveira, F. A. (2016). *The Political Economy of Permanent Underachievement: a critique of neoliberalism and neodevelopmentalism in Argentina and Brazil* (Doctoral dissertation, University of Sussex).
- Paulani, L. M. (2022). A Dependência revisitada: relações de mercado, a fase 4.0 e o caso do Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 68-106.
- Perissinotto, R. M. (2021). *Ideas, burocracia e industrialización en Argentina y Brasil, 1930-1966*. Carapachay. Lenguaje Claro Editora.
- Poulantzas, N. (2019). *Poder político e classes sociais*. Campinas. Unicamp Editora.
- Poulantzas, N. (1978). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Poulantzas, N. (1976). *A crise das ditaduras*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Saes, D. A. M. (2022). A construção da teoria regional do político no modo de produção capitalista. In Lazagna, A.; & Berringer, T. (orgs.). *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas*. Santo André. Editora da UFABC.
- Saes, D. A. M. (2014). As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In Pinheiro, M. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo. Boitempo.

- Saes, D. A. M. (2007). Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In Nogueira, F. M. G.; & Rizotto, M. L. *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo. Xamã.
- Saes, D. A. M. (1998). A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 7.
- Saes, D. A. M. (1985). *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Sereni, E. (2013). De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. *Meridiano*, n. 2.
- Smith, J. (2016). *Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*, New York. Monthly Review Press.
- Souza, A. M. (2023a). Teoria da dependência: uma teoria e ainda relevante? *Anais 21º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Belém do Pará.
- Souza, A. M. (2023b). Repensando a teoria da dependência. Site *A terra é redonda*. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/repensando-a-teoria-da-dependencia/>
- Souza, A. M.; & Braga, S. (2023). Las relaciones Brasil - China en perspectiva de la "teoría de la dependencia". Working Paper Series (WPS) de REDCAEM, n°34, Mayo.
- Souza, A. M. (2022). Relações Brasil-China: Imperialismo, Dependência e Desconexão. *Anais 46º Encontro Anual da ANPOCS*.
- Souza, A. M. (2021). *Dependência e governos do PT*. Curitiba. Appris.
- Souza, A. M. (2018). Novíssima dependência, decolonialidade e desconexão. *Anais XV Colóquio Internacional de Geocrítica*, 7.
- Souza, A. M. (2001). *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo. Annablume.
- Stallings, B. (2020). *Dependency in the Twenty-First Century? The Political Economy of China-Latin America Relations (Elements in Politics and Society in Latin America)*. Cambridge University Press.
- Tzeiman, A. (2017). *Radiografía política del macrismo*. La derecha argentina: entre la nación excluyente y el desafío democrático. Caterva.
- Tzeiman, A. (2023). Las teorías de la dependencia y la pregunta por el lugar de lo político: abordajes y críticas sobre "lo interno", "lo externo" y su relación. *Astrolabio. Nueva Época*, n. 30, p. 232-257.
- Weber, I. M. (2013). *Como a China escapou da terapia de choque*. São Paulo. Boitempo.
- Wright, E. O. (1981). *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Wright, E. O. (1985). *Classes*. London. Verso.